

## POR UMA NOVA DISPONIBILIDADE: O INTELLECTUAL ALCEU AMOROSO LIMA E O ROMPIMENTO COM O ESTADO NOVO\*.

Cândido Moreira Rodrigues\*\*

**RESUMO:** Este artigo trata da ação do intelectual católico Alceu Amoroso Lima na conjuntura específica do Brasil do período do Estado Novo (1937-1945), procurando destacar suas aproximações e distanciamentos do ideário governamental, enquanto personagem defensor dos interesses do laicato e da hierarquia da Igreja. Daremos atenção especial a alguns de seus posicionamentos de fins do período em estudo, sobretudo aqueles relativos à ruptura com o pensamento conservador e sua concepção de democracia. Procuraremos ainda demonstrar sua relação, próxima, com as idéias do filósofo católico francês Jacques Maritain e como estas o influenciam rumo a uma nova disponibilidade, agora progressista e democrática.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estado Novo, Autoridade, Intelectuais, Liberdade.

**ABSTRACT:** This paper broaches the action carried out by the Catholic intellectual Alceu de Amoroso Lima in the specific context of the *Estado Novo* regime in Brazil (1937-1945), trying to point out his approximation to and further withdrawal from the government set of ideas, as he stood up the interests of the laity and of the clergy hierarchy. Special attention will be given to some of his standings at the end of the period at issue, mainly those related to his breaking with the conservative thought and his understanding of democracy. One will also try to demonstrate his close relationship with the ideas held by the French Catholic philosopher Jacques Maritain and how such ideas exerted influence on him making him available to embrace a new cause favoring progress and democracy.

**KEYWORDS:** Estado Novo, Authority, Alceu de Amoroso Lima, Intellectuals, Democracy, Freedom.

### Introdução

“Cabe ao historiador analisar os acontecimentos à luz da realidade mais ampla tendo em mente que, se para a compreensão do comportamento individual é suficiente, às vezes, conhecer as idéias pessoais, as simpatias e idiosincrasias de cada um, isso não basta para esclarecer a história, pois para compreendê-la é preciso levar em consideração o processo dentro do qual se insere a ação individual” (DA COSTA, 1977, p.296).

O campo de estudos das relações dos intelectuais com o poder ganha novas contribuições e adeptos nas últimas décadas, notadamente com trabalhos caracterizados por

---

\* Este texto é parte integrante, com ligeiras alterações, de minha tese de doutorado orientada pelo professor Dr. Milton Carlos Costa. RODRIGUES, Cândido Moreira. *Alceu Amoroso Lima: matrizes e posições de um intelectual católico militante em perspectiva histórica - 1928-1946*. Assis, 2006. 318 fl. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.

\*\* Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista – UNESP. Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. [candidorodrigues.ufmt@gmail.com](mailto:candidorodrigues.ufmt@gmail.com)

referenciais na sociologia e historiografia francesas<sup>1</sup> entre outros de igual expressão e notoriedade<sup>2</sup>.

Este artigo aborda o intelectual católico Alceu Amoroso Lima, também conhecido pelo pseudônimo de Tristão de Athayde, especialmente no período final do Estado Novo. Intelectual que esteve diretamente ligado aos círculos mais próximos do poder por toda a sua vida e de forma também intensa de 1928 a 1946, período por mim estudado em tese de doutorado, defendida no início de 2006. Intelectual que ganhou autoridade como crítico literário já em princípios dos anos 1920 e, a partir de 1928, adquiriu maior respeitabilidade nacional por sua conversão ao catolicismo, momento a partir do qual passou também a dirigir o Centro Dom Vital e a revista *A Ordem*. A partir daí, começou a liderar uma elite de intelectuais católicos (RODRIGUES, 2005) e tornou-se o intelectual, no campo laico, a representar e a defender os interesses da Igreja Católica e de um conjunto de movimentos e instituições de orientação católica.

A respeito do período do Estado Novo, Boris Fausto demonstra que sua instalação “não representou um corte radical com o passado”. Pelo contrário, as várias instituições e práticas que estavam em formação no percurso de 1930 a 1937 “se integraram e ganharam coerência” a partir do Golpe de novembro de 1937. De forma que a “inclinação centralizadora” apresentada desde o início da Revolução de 1930 se revelava agora em 1937 de modo prático. O governo destacou interventores para governarem os estados, indivíduos escolhidos e nomeados segundo critérios diversos onde mesmo parentes de Vargas e militares estariam entre os indicados. Mas Fausto esclarece que “nos maiores Estados algum setor da oligarquia regional foi contemplado”. Mas o processo que levou à centralização do Estado não o induziu a se descolar da sociedade.

A representação dos diversos interesses sociais mudou de forma, mas não deixou de existir. Até novembro de 1937, esses interesses se expressavam no Congresso e através de alguns órgãos governamentais. A partir do Estado Novo desapareceu a representação via Congresso, reforçando-se o que se fazia nos órgãos técnicos no interior do aparelho de Estado (FAUSTO, 2002, p.201).

---

<sup>1</sup>BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas*. Sobre a teoria da ação. 3. ed. Campinas: Papirus, 2001. SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996. p. 231-269.

<sup>2</sup>BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. Trad. de Marco Aurélio Nogueira. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2001. GRAMSCI, Antonio. *Intelectuais e a Organização da Cultura*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989.

Ao tratar da relação entre o povo e o presidente Vargas no período do Estado Novo, Ângela de Castro Gomes indica para pontos importantes da “intimidade hierárquica”. Para Gomes, essa definição expressava também a forma e o nível da interlocução de uma parte para a outra, onde o povo estava inserido no meio político, mas “sob controle ao mesmo tempo científico e pessoal do Estado-presidente”. O ethos da comunicação entre “líder-massa” tinha “dupla feição” da representação de interesses e representação simbólica: “de um lado o povo, a quem se apelava como fonte e base do governo e que era identificado na população de trabalhadores corporativamente hierarquizados; de outro lado, o Estado, corporificado funcional e pessoalmente na figura do presidente Getúlio Vargas” (GOMES, 2000, p.525).

Dentro dessa linha de argumentação, Ângela de Castro Gomes sintetiza com clareza com se deu e o porquê da duração do projeto ideológico do Estado Novo.

Seu impacto e duração devem-se à articulação estabelecida com um amplo e diversificado conjunto de políticas públicas, com destaque para as sociais, entre as quais aquelas desenvolvidas pelos novos ministérios da Educação e Saúde e do Trabalho, Indústria e Comércio. Grandes hospitais, escolas secundárias e profissionais, pensões e aposentadorias, carteiras de trabalho e estabilidade no emprego, e uma Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) atestam o vínculo entre a pessoa do presidente e ‘as experiências imediatas das massas` (GOMES, 2000, p.525).

Em seu projeto governamental Vargas não se colocou à sociedade sem que tivesse o propósito de alijar do processo decisório segmentos das elites, as quais, inclusive, haviam-no apoiado no Golpe de Estado que instalou o Estado Novo. Incluíam-se aí alguns militares, políticos e mesmo integralistas, tenentes; alguns mesmo estiveram ao seu lado desde 1930. O objetivo de Vargas aí era reprimir quaisquer interesses que se afastassem de seus planos maiores.

De outra forma, esse mesmo governo enfrentou oposição considerável no interior da sociedade, como se observou com a atuação dos comunistas, estudantes, manifestos de professores, integralistas, trabalhadores em geral e intelectuais. Mas, mesmo que o governo Vargas tenha tentado sufocar tais opositores, sobretudo, por meio do uso do poder de polícia de que dispunha, fazia isso com o apoio dos órgãos criados já no início dos anos 1930, como foi o caso dos Deops, entre outros, e dirigidos no período do Estado Novo por Filinto Müller.

No período de 1930 a 1937 houve um processo de alijamento de segmentos das elites civis e militares, que atendeu aos objetivos programáticos de hierarquização do próprio regime instalado. Regime onde se observava o entrecchoque de projetos diversos entre argumentos de indivíduos que faziam parte dos que compunham o grupo vitorioso em 1930 e que no decorrer dos anos foram sendo colocados fora dos postos decisórios do poder, de acordo com as conveniências do governo: a isso se chamou *depuração das elites*. Observemos que a Constituição de 1934 determinava que as eleições para a Presidência da República, a Câmara e o Senado Federal, deveriam ocorrer em janeiro de 1938. Em meados de 1936, Vargas realizou uma sondagem junto aos governadores com o objetivo de saber se existiria apoio à sua permanência no poder através de uma reforma constitucional. Isso foi inviabilizado, a contragosto, a partir dos principais Estados do país onde “os governadores do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, de São Paulo, Armando Sales, da Bahia, Juraci Magalhães e de Pernambuco, Carlos de Lima Cavalcanti, mostraram-se contrários” (PANDOLFI; GRYNSZPAN, 1997, p.7-15).

Daí resultou que a permanência de Vargas na Presidência da República seria impossível pela via legal: o golpe seria o único caminho, e essa saída foi o que se acertou a partir de alinhamentos entre Vargas, Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra. Esse acerto expressava os interesses do Congresso, Governo Federal, Governos Estaduais e Exército, com o fim de constituir condições para que a tomada do poder – através de um Golpe de Estado em fins de 1937 - fosse tranqüila e sem maiores reações. Tal acerto poderia ser dado como certo já que as forças discordantes encontravam-se “debilitadas, divididas e já sem condições de reagir”. Nesse movimento, o realinhamento de Vargas e sua equipe com os militares foi decisivo, partindo de uma aliança com o novo Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, que substituiria por decisão de Vargas, João Gomes. Com Agamenon Magalhães e Francisco Campos, realizando aí o abandono de posições neutralistas e reformistas consideradas prejudiciais ao Exército e adotando uma linha mais dura de intervenção. Linha essa que tinha por objetivo contribuir para o estabelecimento de uma “ordem centralizada, autoritária e sem participação política” (PANDOLFI; GRYNSZPAN, 1997, p.7-15).

A partir daí se deu a implementação de ações com vistas a reunir forças para o golpe, notadamente com o fortalecimento de algumas lideranças e com o enfraquecimento de outras. Isso se deu na medida em que Vargas transitou pelo meio oligárquico e político com suas

cisões, divergências e mesmo deveres de lealdade de longa data, onde foram decisivas articulações e desarticulações em Estados como Minas, São Paulo, Bahia e Pernambuco. Assim, deve-se ressaltar que essas articulações e rearticulações, fossem dentro ou fora do governo, não se deram de forma linear e programática, mas com interrupções que, na maioria das vezes, obrigavam Vargas a recuar e a ceder às contingências locais ou regionais para que mais tarde pudesse avançar em suas ambições políticas e de poder. Foi dentro desse quadro que ocorreu o golpe em 10 de novembro de 1937, tanto contra “setores extremistas e... os agrupamentos oposicionistas” quanto em relação às elites que não questionavam a proposta que havia tomado o poder em 1930, e que não aprovavam a permanência no poder de um governo que se pretendia a única via para a solução dos problemas da sociedade brasileira. Portanto, observemos que aqueles que auxiliaram Vargas na Revolução de 1930 não seriam mais os mesmos do Golpe de 1937, que instalaria a ditadura do Estado Novo (PANDOLFI; GRZYNSZPAN, 1997, p.17-22).

Portanto, foi frente ao cenário de fins do Estado Novo que Alceu Amoroso Lima concretizou o processo de sua mudança rumo ao pensamento progressista e democrático. Condenou o Estado Novo e chamou os intelectuais católicos à missão de defesa de uma sociedade mais democrática, cristã e livre, nomeadamente uma *idade nova*.

### **O rompimento com o Estado Novo e o caminho progressista**

No editorial da revista *A Ordem* de abril de 1945, intitulado “*Definição*”, Alceu Amoroso Lima se colocou abertamente contra o governo Vargas, criticando a censura e convocando os católicos a lutarem pelo retorno do Brasil ao regime democrático. Neste meio, Alceu denuncia o caráter contraditório de um regime autoritário em luta pela democracia no exterior.

A nova opção em face da qual se coloca a consciência católica é... a de ficar ou não neutra entre o Autoritarismo político e a Democracia, ou a de tomar ou não partido entre os processos de se operar a transição do estado de fato, em que nos encontramos desde 1937, para o estado de direito, a que aspiram todas as forças vivas da nacionalidade. Essa aspiração é tão unânime, que a própria ditadura se viu forçada a admitir que não podia manter-se por muito tempo no poder, em face da separação radical que se processou, nos últimos anos, entre os Poderes Públicos e a Opinião Pública, bem como *em face da*

*incongruência entre uma política internacional democrática e uma política nacional totalitária*” (LIMA, 1954b, p.269). (grifos nossos)

Aqui Alceu Amoroso Lima assumiu, em seu próprio nome e no dos intelectuais da revista *A Ordem*, do Centro Dom Vital e de grande parcela da hierarquia da Igreja, posição de crítica ao governo autoritário do Estado Novo, caracterizado por ele como composto por um “espírito totalitário”. Espírito que se evidenciava na medida em que Vargas havia acabado com a liberdade partidária, instaurado a censura etc. Para Alceu, era chegado o momento de romper com as “absurdas restrições à liberdade de imprensa” e com o regime ditatorial instalado desde 1937. O qual, embora reconhecesse no momento a própria impossibilidade de permanência no poder, pretendia, de modo mais uma vez ilegítimo, ficar no governo do país por meio da tentativa de transição para o estado jurídico-constitucional a ser concretizado por Ato Adicional. Assim, contra isso Alceu defendia que era chegada a hora dos intelectuais se definirem enquanto católicos, pois o momento político era decisivo. Em outros termos, o que se resumia em dizer que os intelectuais católicos deveriam se declarar “contrários ao regime ditatorial iniciado em 1937 e partidários da volta imediata do Brasil a um regime democrático, de ampla manifestação das liberdades públicas”. A reivindicação feita por Alceu Amoroso Lima sobre o urgente restabelecimento, no Brasil, do regime democrático, de base cristã, aparece literalmente termos seguintes:

Estamos, além disso, convencidos de que a atual Ditadura não tem prestígio moral para realizar a transição delicadíssima entre o regime do Arbítrio e o regime da Lei. Há quinze anos governa o Brasil – ora sob a forma provisória (1930-1934): ora sob forma legal (1934-1937): ora sob forma arbitrária (1937-1945) – sem ter conseguido até hoje resolver nenhum dos problemas políticos fundamentais de nossa terra. Durante quinze anos não conseguiu criar, entre nós, um regime de liberdade, de respeito e de ordem legal, capaz de permitir o verdadeiro Apostolado da Palavra de Deus e da ação fecundante do fermento evangélico, por meio da Ação Católica, da Ordenação Intelectual e da vida Litúrgica, condições essenciais para a recristianização do século XX e para a evangelização da Idade Nova em que estamos ingressando com a vitória iminente das Nações Unidas contra o Eixo Totalitário e seus apêndices (LIMA, 1945b, p.276-277).

Nesse mesmo momento de 1945 o Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, reclamava da ausência dos contatos diretos de Alceu. O distanciamento de Alceu com

Capanema expressa, naquele momento, a sua proximidade com Jacques Maritain<sup>3</sup> e com a democracia e a liberdade. Portanto, revela ainda a sua reprovação ao Estado Novo. O comportamento de Alceu fica registrado por Capanema em carta de 02 de abril de 1945.

Meu caro Alceu: Não vou a sua casa, pois quase certo estou de não encontrá-lo. Mando estas palavras de cordialidade e afeição, para interromper a ausência, ausência de que nunca jamais gostei e que agora nestes dias turvos menos ainda me agrada. Creia na sincera estima de seu velho Capanema (CAPANEMA, 1945).

No discurso de saudação aos membros da *Academia de Letras da Faculdade de Direito de São Paulo*, por ocasião do ingresso da nova diretoria, em abril de 1945, Alceu definia o que esperava ser “O dever das novas gerações”. Para ele, a união nacional exigida pela guerra havia contribuído, anteriormente, para a permanência da ditadura no Brasil, embora isso tivesse se dado “contra a vontade de maioria esmagadora” da população. A seu ver, era já o momento da liquidação do “sistema ditatorial totalitário” mundial e também da ditadura no Brasil. Alceu entendia que “ao cabo de oito anos de poder discricionário, durante os quais foram abolidas todas as liberdades públicas” havia chegado a “própria ditadura à conclusão de que não poderia mais resistir à pressão invencível das forças vivas da nacionalidade e dos ventos novos do mundo”. O momento de abril de 1945 era compreendido por Alceu como aquele que representava o fim de uma fase da civilização - a do “desmoronamento das ilusões totalitárias tanto na Europa” quanto no Brasil – e o do nascimento de um novo panorama de esperanças democráticas onde os jovens intelectuais estariam encarregados de auxiliar na reconstrução democrática “sobre as ruínas do mundo totalitário”. Mas isso seria levado à frente no dever de buscar uma *Nova Democracia* a partir de ações de liberdade nos campos político, econômico e também cultural (LIMA, 1945c, p.278-281).

Declarações de mesmo teor aparecem no texto “*Uma entrevista de Tristão de Athayde*”, elaborada em fevereiro de 1945 e lançada no mês de abril em *A Ordem*. Nessa entrevista, Alceu definia a “autêntica democracia” como aquela que garantia a “um número

---

<sup>3</sup> Sobretudo a partir da consolidação das leituras de obras como: MARITAIN, Jacques. *Humanismo integral: uma visão da nova ordem cristã*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1942./ MARITAIN, Jacques. *Principes d'une politique humaniste*. 2.ed. Paris: Paul Hartmann Éditeur, 1945./ MARITAIN, Jacques. *Cristianismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Agir, 1957.

progressivamente de cidadãos a participação efetiva no governo da nação, nos bens materiais da comunidade e nas conquistas culturais e espirituais da humanidade”. Essa mesma democracia, para ele, deveria contemplar os planos político, econômico e cultural, além de “representar, para todo o povo, e não apenas para grupos ou classes privilegiadas, a conquista de benefícios que pertencem por direito natural a todos os cidadãos”. Para que ocorresse sua realização, Alceu Amoroso Lima defendia a idéia segundo a qual deveria ser suprimido, com urgência, o “exagerado centralismo político, a hipertrofia do Executivo, a perpetuação do Poder, as oligarquias estaduais, o absenteísmo eleitoral e particularmente o cepticismo jurídico e o capitalismo plutocrático”. Enfim, sugeria uma total reforma social. Desta reforma resultaria, a seu ver, necessariamente a “verdadeira democracia” segundo o que ensinava Jacques Maritain, então portador de uma filosofia que representava para Alceu a “mais perfeita definição moderna dos princípios imortais da lei divina, da lei natural e da lei cristã, aplicados às exigências” da sociedade daquele momento (ATHAYDE, 1945b, p.317-319).

Por volta de agosto de 1945, a hierarquia da Igreja Católica, permitiria aos seus fiéis militarem em partidos que não estivessem em divergência com “as exigências superiores do bem comum e da consciência católica”. Foi nesse momento que Alceu lançou os artigos “*Sugestões para o programa de um partido político*” e “*Manifesto da Resistência Democrática*”. No primeiro, ele estabeleceu as bases do *Partido Democrata Cristão*, sob inspiração direta da obra de Jacques Maritain: partido que deveria ser popular, democrático e cristão.

*Popular*, porque a ascensão das massas é o maior fenômeno social de nossos tempos. *Democrático*, porque essa ascensão se traduz, politicamente, por uma participação crescente do Povo no governo das nações. *Cristão*, porque essa ascensão das massas e essa instauração de uma democracia de direito e de fato, só se podem operar beneficentemente, se repousarem sobre uma base ética, racional e evangélica (LIMA, 1945d, p.105-106).

Assim, os parâmetros do *Partido Democrata Cristão* definidos por Alceu Amoroso Lima e inspirados em Jacques Maritain deveriam condicionar o seu trabalho na sociedade. *Partido* definido por Alceu como aberto a todas as idéias e colaborações que visassem auxiliar na realização de uma “civilização cristã no século XX”, como resultado também da

vitória sobre o “Eixo Totalitário e do fim do Estado Novo”. Nesse projeto, a educação religiosa ocuparia papel crucial no campo da cultura, na “conscientização” do povo, na busca do ideal de difundir, para todos, a instrução e a educação. Fosse ela “física, profissional, intelectual e moral e de *formar elites* de valor próprio” que substituiriam as “falsas elites da fortuna, dos favores ou dos privilégios ilícitos” (LIMA, 1945d, p.118-119).

Portanto, quando Alceu Amoroso Lima elaborou as *sugestões para o programa do Partido Democrata Cristão*, ele defendeu que, no campo internacional, o partido deveria lutar por uma integração do Brasil na comunidade daquelas nações que venceriam o nazismo e o fascismo, numa participação crescente, tanto na América, quanto fora dela, no sistema de garantia da paz. No âmbito interno, no Brasil, o PDC, deveria reunir “homens de boa vontade... sem distinção de credo religioso ou confessional, de raça, de cultura intelectual ou de condição social”. Alceu dizia que o Partido deveria ser composto por “intelectuais e operários, civis e militares, homens e mulheres nortistas, centristas e sulistas, litorâneos e sertanejos, de todos os Estados e de todas as classes”, que tivessem em mente contribuir para a “realização da civilização cristã no século XX, bem como a grandeza do Brasil e da América” (LIMA, 1945d, p.118-119).

Como bem demonstrou o historiador Áureo Busetto, Alceu Amoroso Lima participou do projeto de criação do *Partido Democrata Cristão* a convite de Antônio Cesarino Júnior “catedrático de Legislação Social da Faculdade de Direito da USP (1939)” e “teórico’ do trabalhismo brasileiro”. Cesarino Júnior pensava na criação do *Partido* a partir de uma inspiração da “vertente italiana” com o objetivo de promover uma “modernização reformista visando a um capitalismo social”, mas que pudesse reunir elementos do corporativismo. Foi criada uma expectativa em torno da possibilidade do Partido receber apoio da Igreja, mas isso não teve resultados em razão da hierarquia católica no Brasil discordar da idéia de se concorrer na sociedade por meio de um Partido formalizado. E, mais ainda, pelo receio de haver divergências entre o Partido e a posição hierárquica da Igreja. Essa possibilidade de apoio institucional da Igreja ao *Partido Democrata Cristão*, em 1945, não teve frutos e mesmo alguns daqueles que o haviam apoiado inicialmente, como muitos do Centro Dom Vital, acabaram por se afastar. Isso é o que aconteceu com Alceu Amoroso Lima que, tudo

indica, preferiu estar, como secretário, à frente da Liga Eleitoral Católica (BUSETTO, 2002, p.68-70).

Alceu Amoroso Lima e o grupo de intelectuais que compartilhavam idéias lançam o manifesto contra a ditadura Vargas pedindo o seu fim. Esse “*Manifesto da Resistência Democrática*”, de agosto de 1945, foi assinado por inúmeros intelectuais, entre economistas, advogados, médicos, escritores, poetas, professores, engenheiros e industriais. Vejamos:

O Estado Totalitário que se instalou entre nós pelo regime de 10 de Novembro de 1937 degenerou em seguida numa simples Ditadura personalista... que reproduziu aqui... os devastadores efeitos de sua ideologia e de seus métodos. (...) A Ditadura se revelou então como um governo ilegítimo... e o seu balanço que apenas começou a ser feito, já nos deixa surpresos e angustiados diante da extensão dos males produzidos (LIMA, 1945e, p.124-129).

O *Manifesto* reivindicava também o restabelecimento da democracia:

Pleitearemos o restabelecimento da Federação, a descentralização, a independência e harmonia de poderes e uma estrutura constitucional. (...) Exigiremos a prestação de contas do período da Ditadura. Pleitearemos a retração progressiva do Estado de todas as zonas que invadiu indevidamente e a desobstrução das atividades sufocadas e obstadas pela sua ação intervencionista (LIMA, 1945e, p.140).

Da mesma forma, em “*Resposta a um inquérito sobre democracia*”, questionário de janeiro de 1945 que foi publicado na revista A Ordem de agosto do mesmo ano, Alceu havia definido o que acreditava serem as qualidades que os homens deveriam ter para viverem sob o regime democrático: elas seriam representadas pelo “dever de se interessar pela coisa pública”; pela “escolha de dirigentes dignos da sua função”; pela “consciência efetiva da primazia do bem comum sobre o bem próprio”. Aí Alceu definia também as exigências para os homens que possivelmente viessem a manter o poder na democracia, aos quais cumpriria “permitir a mais ampla manifestação efetiva do direito de voto, sem intervir na escolha dos seus sucessores;... entregar o poder àqueles... eleitos pelo voto livre num livre pleito eleitoral”. E, por fim, “exercer o poder não em benefício próprio ou de uma oligarquia, mas sempre para o bem da coletividade” (LIMA, 1945f, p.141-142).

Dessa forma, em *setembro de 1945*, a posição de Alceu Amoroso Lima, por exemplo, em relação aos comunistas, era a de considerá-los como “companheiros de combate”, mas mantendo-se em relação a eles completa autonomia. Alceu seguia ali a idéia de tentar convertê-los ao catolicismo, adotando junto a eles a Caridade, a Justiça, a Verdade e assim considerar – como sugeria Jacques Maritain – todas as atitudes violentas contra eles como “reacionárias” ou neofascistas. Sobretudo aquelas que tivessem “intuitos de se servirem dos católicos, para fins políticos de caráter totalitário de direita”. O recado era direcionado ao movimento Integralista, que tentava ressurgir. Alceu considerava a tentativa de retorno do Integralismo como um erro grave, ainda mais pelo fato de tentar se valer de reivindicações da doutrina social da Igreja em favor do que considerava ser a “defesa da civilização cristã contra os erros do liberalismo e do comunismo”. Portanto, para Alceu, em fins de 1945, o comunismo (inimigo mortal de outrora) poderia ser *considerado um aliado*, e o Integralismo (amigo de algum tempo) *um perigo* já que este buscava, mais do que tudo, “como o fascismo italiano e o nazismo, a militarização da juventude em moldes nacionalistas”. Isso para Alceu Amoroso Lima era totalmente inconciliável com o espírito de religião e de Ação Católica, como o havia ensinado Jacques Maritain com sua formulação de uma nova cristandade baseada no humanismo integral (LIMA, 1945g, p.166-174).

É interessante observar o que Alceu Amoroso Lima dizia especialmente sobre o comunismo, o que deixa evidente que sua mudança de posição sobre essa questão ocorreu, sobretudo em razão de suas leituras de Jacques Maritain.

Maritain em ‘Cristianismo e democracia’ diz que as posições possíveis em relação ao comunismo são três: querer exterminar os comunistas pela violência e pelos campos de concentração; deixar-se dominar por eles...; e finalmente reconhecer ‘que os comunistas não são o comunismo, e que adquiriram inequivocamente..., o direito de estar presentes ao trabalho de reconstrução como companheiros de combate. (...) Exige também se aceite francamente a cooperação dos comunistas e sua participação na tarefa comum, guardando, entretanto, a seu respeito uma completa autonomia (LIMA, 1945g, p.167).

Por fim, Alceu convocava os católicos para uma “Cruzada” nos campos religioso, cultural, econômico e democrático, a caminho de um ideal de nova civilização universal onde

todos os trabalhadores, “manuais, intelectuais e espirituais” estivessem unidos. Enfim, um Brasil do pós-guerra, em sua esperança, democrático (LIMA, 1945h, p.182).

Essas e outras questões podem ser observadas claramente a partir da leitura, por exemplo, de uma conferência que Alceu fez no *Instituto Interligado da Alta Cultura*, no Palácio do Itamarati, em 13 de dezembro de 1946, intitulada “A Igreja e a democracia” (LIMA, 1947, p.11-37).<sup>4</sup> Ali estavam os seus posicionamentos e os da Igreja em face do capitalismo, do comunismo, da democracia, além de uma revisão de suas posições conservadoras de antes, relativas à crítica dos valores democráticos.

No início de sua conferência Alceu Amoroso Lima diz que o momento de fins de 1946 era o de se *reafirmar a disciplina e reivindicar a liberdade*. Mas ali se tratava de uma disciplina ao estilo da Igreja e não “autoritária”, como muitos desejavam. Tratava-se de uma liberdade “integralmente dentro da letra e do espírito da Fé Católica”. Assim, a posição da Igreja dentro do novo cenário mundial consistiria, para Alceu, em lutar por uma liberdade que se assemelhasse com aquela dos “filhos de Deus”. Já a democracia era definida por ele sob três aspectos: “um baseado na primazia do indivíduo” derivado de Rousseau onde ela aparecia sob a forma do regime político tendo como valor primordial a vontade individual e onde “a soma das vontades individuais” formava a “vontade geral”, coletiva. Esse modelo de democracia é identificado ali por Alceu como uma “democracia burguesa” sob “colapso doutrinário”, mas em estado de forte auto-defesa a partir da formação do que ele chamava de “bloco ocidental plutocrático” que se servia das “ditaduras neo-fascistas”. Alceu resumia a segunda forma de democracia como sendo aquela que se definia pela *primazia da sociedade*, formulada, segundo ele, por Hobbes e onde o indivíduo era uma abstração e a sociedade algo primordial e real; neste modelo de sociedade, a democracia daria os direitos e a paz aos homens em seus “instintos de luta generalizada”. Para Alceu, tratava-se aí de uma democracia de estilo totalitário, ou mesmo fascista ou comunista, que tinha por pretensão “suceder à democracia individualista”. Trata-se no momento, sob seu entendimento, de um enfrentamento entre a “democracia individualista” e a “democracia coletivista” (LIMA, 1947, p.11-13).

Mas para Alceu Amoroso Lima ainda havia uma terceira forma de democracia, à qual ele atribuía a incumbência de restabelecer a harmonia entre as duas definições anteriores. A

---

4 A Conferência é de dezembro de 1946 e sai publicada na revista A Ordem em junho de 1947.

esta forma ele dava a definição peculiar de “*da própria natureza das coisas*”. Esse era um regime elaborado por ele próprio, sob forma teórica, com base no humanismo integral proposto por Jacques Maritain. Havia de sua parte a tentativa de aplicá-la na sociedade a partir de uma espécie de *materialismo histórico católico*, pois procurava identificar a atuação da Igreja em favor de uma democracia unitária a partir da História posterior ao nascimento de Cristo. Assim, dentro da visão de Alceu, esse regime democrático oriundo *da natureza das coisas*, deveria basear-se na “supremacia da Lei sobre a vontade do Tirano”. Sobretudo fundamentar-se na personalidade livre da cada homem; formular-se na “escolha periódica dos governantes pelos governados, com respeito às leis naturais da justiça” consideradas por ele “superiores a vontade individual” e também formar-se a partir de uma “garantia formal da oposição pela sua participação indireta na responsabilidade do poder” (LIMA, 1947, p.13-14).

*Um regime em que a autoridade e a liberdade se distribuem por todos os membros da comunidade de modo equivalente, e no qual a autoridade é temporária em seus portadores, e a liberdade permanente. É um regime em que nem um homem, nem uma família, nem uma classe possuem o privilégio da autoridade e no qual a ordem repousa sobre a forma de justiça e sobre o respeito rigoroso dos direitos, individuais e coletivos, tanto de ordem política como cultural e particularmente econômica. É um regime em que a oposição participa oficialmente das responsabilidades do Governo, e que repousa portanto sobre a convivência [das] diversidades e o respeito recíproco das maiorias e minorias dos partidos mais contraditórios entre si. É um regime nacional ou internacional em que a soberania, que só em Deus é absoluta, assenta na comunidade e tem seus limites fixados no Bem Comum (LIMA, 1947, p.14-16). (grifos nossos)*

Pouco tempo antes, em 1946, na obra *Pela Cristianização da Idade Nova*, Alceu Amoroso Lima tratou de questões que eram representativas de sua mudança por exemplo, na definição da soberania do Estado.

Sob a autoridade suprema da Lei, divina e natural, a cuja determinação deve obedecer toda sociedade humana, é que o Povo se pode dizer fonte da lei que vai orientar a constituição de toda e qualquer nacionalidade. Nesses termos é o Povo realmente a fonte imediata da Autoridade e da Lei. Dele é que deve emanar o Estado. O Estado vem do povo. A constituição jurídico-política de uma coletividade é fruto de uma comunidade real de pessoas e de famílias, que reunidas formulam livremente, dentro dos princípios morais e

jurídicos inerentes à natureza humana ou revelados por Deus, a modalidade de sua convivência política. O Estado, portanto, nasce do Povo (LIMA, 1946a, p.156-157).

Essa posição de Alceu Amoroso Lima em relação à soberania popular difere, em grande medida, daquela postulada pelos pensadores conservadores: com Burke, De Bonald e mesmo Joseph De Maistre, Donoso Cortés e depois Jacques Jackson de Figueiredo.

Edmund Burke em *Reflexões sobre a Revolução em França* definia claramente, por exemplo, que a soberania não pertencia ao povo em momento algum. O Estado, as instituições e também os privilégios eram frutos da herança dos antepassados. A democracia era entendida por Burke como uma falácia, a opressão da maioria dos cidadãos sobre uma minoria de indivíduos.

Estou certo... que em uma democracia, a maioria dos cidadãos é capaz de exercer, sobre a minoria, a mais cruel das opressões (...) Acredito... que essa dominação exercida sobre a minoria, se estenderá sobre um número maior de indivíduos e será conduzida com muito mais severidade do que, de modo geral, poderia ser esperado da dominação de uma só coroa (BURKE, 1982, p.135-136).

Para Louis Ambroise-De Bonald não poderia existir “Ni libertad, ni igualdad sociales allí donde el ciudadano está sujeto a voluntades particulares y donde todos los ciudadanos no están igualmente sujetos a las mismas voluntades. No hubo, pues, ni voluntad ni igualdad en las repúblicas” (DE BONALD, 1888, p.32-34).

Já para Joseph De Maistre a soberania era um dom dos *soberanos*:

Nenhuma Constituição resulta de uma deliberação; os direitos dos povos nunca são escritos, ou ao menos atos constitutivos, ou as leis fundamentais escritas só são títulos declaratórios de direitos anteriores. (...) Os direitos dos povos... partem sempre da concessão dos soberanos. (...) Mas os direitos do soberano e da aristocracia não têm data nem autores (DE MAISTRE, 1979, p.67-68).

O processo que levou Alceu Amoroso Lima, entre 1928 e 1946, a uma mudança de intelectual conservador para progressista democrata se expressa igualmente na definição que ele dá em favor da democracia e do seu aprimoramento, em 1946. Senão vejamos:

Dentro dos seus limites, porém, é a Democracia, nas condições atuais do mundo, o regime que melhor pode permitir a aproximação entre a organização política de um povo e a efetivação da seqüência básica: Lei, Povo, Estado, Governo (LIMA, 1946a, p.167-168).

Dentro dessa linha de análise, é importante atentar para o fato de que Alceu Amoroso Lima compreendia, *em 1946*, que na mesma medida em que o mundo se distanciava da liberdade e perdia a confiança nela, poderia caminhar para um “clima anti-democrático”. Foi nesses termos que Alceu viu o grande problema do século XX e por isso acreditou que havia a necessidade premente de entender a liberdade como um fim e, sobretudo, um meio para se conquistar a autoridade. Foi aí também que Alceu reconheceu os seus erros e os de sua geração, ao serem cúmplices da queda da liberdade e da ascensão do autoritarismo e do totalitarismo no século XX. Compreende-se aqui melhor a sua mudança para uma defesa das idéias progressistas democráticas inspiradas nos escritos de Jacques Maritain e então o conseqüente abandono dos elementos conservadores, principalmente, oriundos de Joseph De Maistre e Jackson de Figueiredo. É o que se lê na passagem abaixo

Nossa geração foi cúmplice dessa derrocada. Cúmplice, se a considerarmos sem boa vontade. Vítima, se levarmos em conta que a reação anti-liberal foi muito além das nossas intenções e quando combatíamos a democracia liberal não combatíamos senão a corrupção burguesa da democracia. E quando hoje defendemos a democracia verdadeira, estamos querendo preservá-la contra os abusos anti-liberais, tanto do reacionarismo como do proletarismo (LIMA, 1947, p.18).

### **Considerações Finais**

Se a temática da democracia, até por volta de 1942, permanecia não muito aberta para discussão, pelos menos por parte da Igreja<sup>5</sup> agora em fins do Estado Novo e, em 1946, sua posição era decisivamente em sentido contrário.

Embora agora concordasse com o fato de a Igreja ser um “organismo místico, de ordem sobrenatural”, ele imputava-lhe também as atribuições de uma instituição que vivia no

---

<sup>5</sup> Visto que naquele momento Alceu já condenava o totalitarismo mas ainda não defendia o regime democrático como o único adequado ao catolicismo.

mundo a participar das condições temporais, portanto tinha que se posicionar em face da democracia. Sendo assim, a Igreja não podia ficar inerte, por exemplo, como a seu ver estava a “igreja oficial Russa em face de Stalin” na supressão de outras confissões religiosas e mesmo na da própria Igreja Católica. Na ótica de Alceu Amoroso Lima, a se considerar que a primazia da personalidade era o “sinal distintivo do regime democrático” e que esse também era um dos elementos nucleares da filosofia social católica, cabia então concluir que o regime democrático era o que correspondia melhor “nas atuais circunstâncias, aos princípios sociais da Igreja”. Desse modo, na justificativa de Alceu, a Igreja Católica defendia “implicitamente” uma filosofia política democrática, por uma razão muito clara: a de que sua filosofia social compunha-se do mesmo elemento central da democracia: a pessoa humana (LIMA, 1947, p.19-28).

Portanto, Alceu Amoroso Lima acreditava que por meio da filosofia social maritainiana se chegaria igualmente à sua filosofia política e daí a se concluir, com Maritain, que a democracia política estaria em acordo com os princípios morais defendidos pela Igreja. Daí decorria sua concepção de um mundo contemporâneo, chamado por ele de Idade Nova, onde houvesse uma igualdade jurídica de direitos em uma comunidade fraterna regida pelo humanismo integralmente cristão, tão defendido por Jacques Maritain. Assim se poderia formar uma democracia ideal, sobretudo a partir do que Alceu concebia, sob forma nova, como uma “unidade na variedade”, a contar decisivamente com os “princípios de convivência pacífica entre homens, das mais variadas convicções políticas e espirituais” (LIMA, 1947, p.19-28).

Na realidade o que se passou em 1947 foi que Alceu Amoroso Lima caracterizou os princípios elementares do que entendeu ser um modelo de regime democrático. Isso se deu, em termos práticos, a partir de duas situações, nomeadas por ele de *ordem política e ordem extra-política*. A *ordem política*: “1- Primazia das liberdades pessoais; 2 - Governo pela lei e harmonia dos poderes; 3 – Sufrágio universal e eleições freqüentes; 4 – Variedades de partidos; 5 – Oposição reconhecida oficialmente”. A *ordem extra-política*: “1- Liberdade de associação. Distinção e colaboração entre a Igreja e o Estado; 2 – Justiça social e dignificação crescente do trabalho; 3 – Educação e Saúde generalizadas; 4 – Justiça rápida e barata; 5- Limitação internacional da soberania”. Portanto, Alceu analisou o mundo de forma conjuntural e defendeu que esses princípios acima relacionados deveriam ser a essência da

democracia, pois a se considerar o cenário do momento, a Guerra Fria não tardaria a ganhar força. Questão essa que já era evidente para Alceu, pois ele estabeleceu com certa proximidade a diferenciação entre os dois blocos que estavam se constituindo em oposição um ao outro, embora ainda não identificasse os Estados Unidos como país definidor dessas posições. Alceu Amoroso Lima argumentava que a única solução desejável seria a dissipação dos mal-entendidos do passado entre Igreja e Democracia - oriundos da Revolução Francesa – e a realização de uma “verdadeira recristianização da democracia” a partir de uma “reconciliação integral” com a prática de uma política de caráter efetivamente cristão. Enfim, uma política de “Reforma social... e de espiritualização de novas formas políticas” que viriam do próprio “bom senso dos povos, e não lhes” seriam “impostas pela violência” (LIMA, 1947, p.20-37).

Mas o passo decisivo ao encontro dos ensinamentos do seu mestre Jacques Maritain, da democracia e da liberdade, foi dado por Alceu Amoroso Lima ao abandonar o referencial conservador e reconhecer os erros da Igreja e de muitos católicos ao terem criticado a ambas (liberdade e democracia) com o irromper da Revolução Francesa. Sobre essa questão cabem algumas considerações.

Para Alceu Amoroso Lima o erro de muitos e da Igreja Católica nesse assunto havia começado com os acontecimentos provenientes da Revolução Francesa e com o novo mundo que a partir dela havia se formado, inclusive com novos conceitos e parâmetros políticos, sociais, econômicos, religiosos. Em sua ótica, fora a partir do surgimento de uma nova situação, radicalmente diferente da anterior, que muitos católicos que dirigiam ou ocupavam papéis decisórios na Igreja não souberam compreender que nascia ali uma civilização burguesa que adotava a democracia como regime político. Com isso preferiram ficar presos ao passado e para isso contribuiu muito o fato de as novas idéias políticas estarem relacionadas com a filosofia do individualismo de Rousseau e o deísmo de Voltaire. Para Alceu, o que nascia com a Revolução Francesa, por exemplo, era a *relação da democracia com o racionalismo e, nos Estados Unidos, da democracia com o protestantismo*. De modo que o grave erro dos católicos fora não saberem “fazer a distinção entre os dados reais da Democracia e sua acidental aproximação de uma falsa filosofia de vida”. Por outro lado, para Alceu Amoroso Lima fora também na França que um grupo de pensadores entendera o sentido “intrinsecamente cristão da Democracia”, entre os quais Lammenais, Lacordaire,

Montalembert, Dom Guéranger, Ozanam, entre outros. Em sua interpretação, fora na contrapartida desses que os tradicionalistas haviam vacilado e enxergado na democracia “apenas uma desordem, a ameaça às instituições, os atentados à propriedade e às pessoas, a irreligiosidade, os ataques à Igreja, à família, ao passado; viram, sobretudo sua aliança com a filosofia racionalista, e anti-cristã do enciclopedismo” (LIMA, 1947, p.28-29).

Portanto, com esse artigo Alceu Amoroso Lima liquidou sua relação com o pensamento conservador, inclusive apontando os erros da própria Igreja Católica.

A mudança de Alceu Amoroso Lima para o pensamento progressista democrata se deu, de modo prático, por meio de sua nova postura frente ao totalitarismo, ao comunismo, ao integralismo e pode ser observada melhor por meio da crítica ferrenha que ele fez ao governo autoritário do Estado Novo, visível progressivamente a partir de 1942.

A atuação de Alceu Amoroso Lima no Brasil do governo de Getúlio Vargas carrega consigo o ônus de ser constituída pela defesa do princípio de autoridade e da limitação da liberdade, mas revela também a postura de um intelectual que soube, por meio do contato com a filosofia democrática de Jacques Maritain, abandonar posições insustentáveis e se converter à democracia e à liberdade, enquanto outros se mantiveram em silêncio. Isto é o que se observa, por exemplo, na ruptura declarada com o Governo Vargas e com a linha de pensamento, dentro da própria Igreja, que era próxima deste governo. Defesa da liberdade, que faria com maior singularidade ainda, mais tarde, nos anos imediatamente posteriores ao golpe de Estado de 1964.

Enfim, todas as questões abordadas por Alceu Amoroso Lima nesse percurso de 1928 a 1946 revelam, com clareza, um processo de mudança com o abandono definitivo dos elementos conservadores e o ingresso na defesa das idéias e ações progressistas democráticas e em favor da liberdade.

Não se trata de pensar hermeticamente as idéias e condutas de Alceu Amoroso Lima. Também não se pode incorrer na ingenuidade de tentar empregar determinado arcabouço teórico, de forma anacrônica, com vistas a forçar a realidade conjuntural dos fatos. Corre-se o risco de se incorrer em erro grave ao não se considerar o “processo dentro do qual se insere a ação individual” deste intelectual, notadamente com especificidades entre as rupturas e continuidades do seu *agir*, especialmente demarcado entre as décadas de 1920-1930 e meados dos anos 1940.

## Referências

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. Trad. de Marco Aurélio Nogueira. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas*. Sobre a teoria da ação. 3. ed. Campinas: Papirus, 2001.

BUSETTO, Áureo. *A democracia cristã no Brasil: princípios e práticas*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

DA COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Grijalbo, 1977.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp/ Imprensa Oficial SP, 2002.

GOMES, Ângela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.) *História da Vida Privada No Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. Vol.4, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Intelectuais e a Organização da Cultura*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989.

PANDOLFI, Dulce e GRYNSZPAN, Mario. Da Revolução de 30 ao Golpe de 37: a depuração das elites. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n.9, p.7-15, 1997.

RODRIGUES, Cândido Moreira. *A Ordem - uma revista de intelectuais católicos (1934-1945)*. Belo Horizonte: Autêntica/Fapesp, 2005.

SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996. p. 231-269.

## Fontes

BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a Revolução em França*. Brasília: UNB, 1982.

CAPANEMA, Gustavo. Carta de Gustavo Capanema a Alceu Amoroso Lima, Petrópolis, 02/04/1945. Fundação Getúlio Vargas – CPDOC.

DE BONALD, Louis A . *Teoria del poder político y religioso*. Madrid: Tecnos, 1988.

DE MAISTRE, Joseph. Considérations sur la France. In:\_\_\_\_\_. *Oeuvres Complètes*. Tome I, Genève: Slatkine Reprints, 1979.

LIMA, Alceu A. Definição. *A Ordem*, Rio de Janeiro, s/n, p. 268-277, abr. 1945b.

\_\_\_\_\_. O dever das novas gerações. *A Ordem*, Rio de Janeiro, s/n, p.278-284, abr.1945c.

\_\_\_\_\_. Uma entrevista de Tristão de Athayde. *A Ordem*, Rio de Janeiro, s/n, p.317-322, abr.1945b.

\_\_\_\_\_. Sugestões para o programa de um partido político. *A Ordem*, Rio de Janeiro, s/n, p.105-120, jul./ago.1945d.

\_\_\_\_\_. Manifesto da Resistência Democrática. *A Ordem*, Rio de Janeiro, s/n, p.121-140, jul./ago.1945e.

\_\_\_\_\_. Resposta a um inquérito sobre democracia. *A Ordem*, Rio de Janeiro, s/n, p.141-142, jul./ago.1945f.

\_\_\_\_\_. Comunismo, reacionarismo, Integralismo. *A Ordem*, Rio de Janeiro, s/n, p.166-174, set. 1945g.

\_\_\_\_\_. Discurso. *A Ordem*, Rio de Janeiro, s/n, p.175-187, set.1945h.

\_\_\_\_\_. A Igreja e a democracia. *A Ordem*, Rio de Janeiro, s/n, p.11-37, jun. 1947.

\_\_\_\_\_. Cristianização da Idade Nova. Prática. In:\_\_\_\_\_. *Obras completas*. Tomo 9. Vol.2. Rio de Janeiro: Agir, 1946a.

\_\_\_\_\_. A Igreja e a democracia. *A Ordem*, Rio de Janeiro, s/n, p.11-37, jun. 1947.

MARITAIN, Jacques. *Humanismo integral: uma visão da nova ordem cristã*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1942.

\_\_\_\_\_. *Principes d'une politique humaniste*. 2.ed. Paris: Paul Hartmann Éditeur, 1945.

\_\_\_\_\_. *Cristianismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Agir, 1957.